

Novo substitutivo dificultará desapropriações de terras

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília

A desapropriação de propriedades rurais será dificultada pela complexidade dos procedimentos judiciais, enquanto a reforma urbana terá suas ambições reduzidas, com o fim da possibilidade de se desapropriar em troca de títulos da dívida pública. Por sua vez, as Polícias Militares manterão vínculos com o Exército bem mais fortes que os previstos pela Constituição de 1969, considerada centralizadora.

São esses alguns dos dispositivos que a Folha apurou estarem incluí-



dos, ontem, no substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) concluirá até segunda-feira, e cujas linhas detalhadas apresentará a seus relatores-adjuntos, em reunião que convocou para amanhã à noite.

O fato de Cabral manter com relação ao primeiro substitutivo a fórmula de anistia aos militares —satisfazendo, com isso, os "progressistas"— será amplamente compensado pela adoção de ideias "conservadoras", inspiradas pela segunda versão do projeto Hércules, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR).

A reforma agrária é um exemplo do que, para a esquerda, caracterizaria esse retrocesso. Se no primeiro substitutivo as desapropriações poderiam ser feitas em noventa dias,

cabendo automática imissão do imóvel caso a Justiça não tivesse se pronunciado, agora o mesmo prazo deve ser observado em primeira instância, mas com um recurso a ser julgado em período idêntico pelo Tribunal Regional Federal, que não foi sequer ainda criado. E, em cada etapa, há peritagens paralelas da Justiça e dos proprietários. Quanto à reforma urbana, caiu entre o primeiro e o segundo substitutivo a indenização em títulos e não em dinheiro.

No capítulo reservado à divisão do bolo tributário, o Cabral-2 acaba com o adicional do Imposto de Renda que os Estados poderiam cobrar em cima dos lucros obtidos por especulação ou bens de capital. A fórmula compensaria os Estados do Sudeste pela perda de um volume relativo de repasses. Em compensação, para a

obtenção de maior apoio parlamentar, Cabral estava decidido, ontem, a incorporar a região Centro-Oeste aos mecanismos dos fundos especiais, inicialmente previstos para só beneficiar os Estados do Norte e do Nordeste. Esses fundos, formados no primeiro substitutivo com 2% de uma parcela fixa da arrecadação do IR e do IPI, teve seu confisco ampliado para 3%.

Independentemente do Projeto Hércules, o novo texto curvou-se a pressões que muitos dos próprios "progressistas" julgaram irrealistas. Exemplo: uma emenda popular apresentada ao Congresso constituinte prevê que 13% da arrecadação federal serão destinados à Educação. Ora, a percentagem retida, após a atuação do "lobby" do ensino, foi de 18%.

Relatores do PMDB ficam de fora

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), 41, e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 56, trocaram ontem por telefone magras informações e obesas dúvidas sobre o conteúdo do novo substitutivo que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá, já na próxima segunda-feira, enviar para ser impresso na Gráfica do Senado.

O grau de desinformação que eles demonstravam era sintomático pelo fato de serem ambos relatores-adjuntos do texto que terá um perfil muito próximo da futura Constituição, já que sua redação, nas duas etapas seguintes —entre os 93 integrantes da Comissão de Sistematização e no plenário reunindo a totalidade dos 559 constituintes— poderá ser mudada só pela votação dos dispositivos colocados em destaque.

As incertezas sobre a definição dos pontos polêmicos do substitutivo inexistiriam caso tivessem sido realmente para valer as sessões de trabalho que reuniram grupos par-

lamentares e relatores no Instituto Israel Pinheiro. A última das sessões programadas, antontem, terminou sem que se tivesse abordado o sistema de governo, as atribuições do Legislativo e do Executivo, e a ordem econômica e social.

É compreensível, por isso, que o Congresso constituinte estivesse ontem esvaziado de suas lideranças: elas sabiam que o importante estava sendo cozido, até domingo a portas fechadas, entre o próprio Cabral e o advogado santista Vicente Caccione, acompanhados do deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ) e do senador José Richa (PMDB-PR).

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), havia voltado para seu Estado. O deputado José Lourenço (PFL-BA), líder de sua bancada, teve ontem como único compromisso protocolar uma audiência com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Mário Covas (SP), líder do PMDB no Senado,

programara, antes mesmo de se submeter a exames no Incor, passar o fim-de-semana fora de Brasília. E, fora do Congresso, o mais próximo interessado numa redação conveniente ao governo sobre as questões tributárias, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, já se encontrava em São Paulo desde quinta à noite.

É bem verdade que algumas negociações prosseguem, sem que haja, no entanto, a perspectiva de um acordo antes que o substitutivo seja concluído. A Folha apurou que o presidente Sarney deverá receber, hoje ou amanhã, os articuladores do parlamentarismo no Congresso constituinte, enquanto seu líder na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), dizia ontem ao outro homem de confiança do Planalto, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), que não se devia ainda descartar a fórmula de "presidencialismo mitigado", elaborada pela assessoria do deputado Ulysses Guimarães, e da qual há uma semana não se tinha notícias. (JBN)

Direita domina redação do texto, declara Lula

Da Sucursal de Porto Alegre

O deputado Luis Inacio Lula da Silva, 41, presidente nacional do PT, disse às 11h de ontem, em Porto Alegre (RS), que "a direita tomou de assalto" o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Lula criticou o fato de Cabral não conversar com as lideranças dos outros partidos sobre o trabalho que vem fazendo.

Lula —que à noite participou do comício pela antecipação das eleições presidenciais, no centro da cidade de Porto Alegre— afirmou que o relator Bernardo Cabral "vai tomar café com o presidente da República e com o ministro do Exército" enquanto deveria ouvir os líderes políticos do Congresso constituinte.

Líderes sindicais atacam diploma obrigatório

Da Reportagem Local

A manutenção ou não da exigência do diploma universitário específico como requisito obrigatório para o exercício da profissão de jornalista é um dos temas polêmicos no atual processo constituinte. A Folha recolheu ontem as opiniões de oito profissionais ligados a instituições da área de Ciências Humanas (diretores de associações profissionais, acadêmicas, sindicatos e faculdades) sobre o tema. A maioria posicionou-se contra a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, no mesmo sentido em que se pronunciou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, em entrevista publicada antontem pela Folha.

O arquiteto Nabil Bonduki, presidente do sindicato paulista da categoria, o físico Luis Carlos Menezes, conselheiro da Sociedade Brasileira de Física, e o filósofo Franklin Leopoldo da Silva, chefe do Departamento de Filosofia da USP, afirmaram que o processo de especialização existente no jornalismo atual exige profissionais que tenham um tipo de formação científica ou humanística que os cursos de Comunicação não podem oferecer. O economista Roberto Macedo, presidente da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP e membro do Conselho Editorial da Folha, entende que a profissão deve estar aberta aos que demonstrarem "engenho e arte" para exercê-la. O mesmo ponto de vista é defendido pelo filósofo Dennis Rosenfield, coordenador da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ex-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), para quem o jornalista é "crônica do instante cotidiano" e, portanto, aberta a qualquer pessoa que tenha capacidade para exercê-la.

O debate no Congresso constituinte sobre o tema tem ocorrido sob a pressão da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em defesa da obrigatoriedade do diploma, e da Associação Nacional dos Jornais, que advoga o fim da exigência. A formulação que consta hoje do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, ao fixar a exigência de diploma específico apenas para as atividades que impliquem risco de vida, ameaça à segurança e à liberdade, dá margem a que seja afastada a obrigatoriedade do diploma.

Roberto Macedo, 44, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP e membro do Conselho Editorial da Folha: "Sou contra o diploma. Acho que profissões cujos limites de formação são poucos definidos e envolvem um quê de artístico não devem ter regulamentação restritiva. Acho que deveriam ser abertas. Não está demonstrado que a posse do diploma demonstre que a formação de alguém é mais adequada para o exercício da profissão. Acho que o jornalismo deve poder receber aqueles que tenham engenho e arte para o exercício da profissão".

Nabil Bonduki, presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo: "O necessário aprofundamento dos temas tratados na imprensa, que o público exige como expressão da qualidade jornalística, requer profissionais com formação especializada em diferentes áreas de conhecimento. Neste sentido, a obrigatoriedade do diploma provoca um tratamento superficial de questões específicas, gerando um baixo nível jornalístico, efeito contrário a sua intenção original. No entanto, dada a falta de preocupação com a qualidade jornalística que vigora em boa parte dos órgãos de imprensa, é fundamental que o fim da obrigatoriedade do diploma não provoque um

rebaixamento dos níveis salariais da categoria —como poderia-se esperar— através da admissão de pessoal desqualificado. Por isso defendo que o fim da obrigatoriedade seja acompanhado da fixação, através de lei, de um salário mínimo para os profissionais da imprensa" (Bonduki fez esta declaração a título pessoal, não colocando a posição da diretoria do Sindicato).

Carolina Bori, presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): "Eu acho que essa não é a questão fundamental na formação dos profissionais no Brasil, especialmente de jornalismo. O problema maior é a formação do jornalista. Que habilitações estão sendo dadas para ele. É muito mais importante saber que tipo de profissional está se formando do que se vai precisar de diploma ou não. Acho que deveria poder existir pessoas com formação suficiente que pudessem escrever em jornais, sem serem jornalistas. Estão desviando a questão do aspecto mais importante. Somos muito tradicionalistas em mercado de trabalho".

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 39, diretor da seção São Paulo da Associação dos Geógrafos do Brasil: "A história do jornalismo nunca esteve ligada à história da regulamentação. A própria história sugere que o jornalismo não deve excluir os que têm formação em outras áreas. O mercado de trabalho deve ser aberto a todos. Nem sempre a universidade pode trazer para si todas as tarefas que a sociedade requer. A maioria dos grandes jornalistas não é diplomada".

Vinícius Caldeira Brant, presidente do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo: "É preciso estabelecer garantias salariais e de condições de trabalho, que atinjam todos os profissionais, independentes de terem diploma ou não. Enquanto não se fizer isto, a não exigência do diploma será

sempre interpretada como uma forma de rebaixar salários. A melhor forma para isso é estabelecer a convenção coletiva de salário, o que as empresas não querem. Para falar a verdade, tenho o maior desprezo por diplomas, qualquer que seja".

Luis Carlos Menezes, 43, conselheiro da Sociedade Brasileira de Física: "Não sou entusiasta do diploma para coisa nenhuma. Há uma série de especializações no jornalismo em que uma outra formação pode ser tão ou mais importante que a de jornalista. O diploma tolhe o acesso de pessoas de outras formações. A questão trabalhista não é o único lado que deve ser visto. O jornalismo moderno implica especialização, o que o curso de jornalismo não dá. A formação científica ou humanística é mais importante que a específica para responder a esta exigência. A regulamentação burocrática do jornalismo é tão danosa quanto seria a ideia de que só engenheiros é que podem trabalhar na indústria".

Franklin Leopoldo da Silva, 39, chefe do Departamento de Filosofia da USP: "O diploma não deve ser um requisito obrigatório porque o jornalismo é muito amplo e diversificado. A formação estritamente profissional não cobre toda a diversidade das seções de um jornal. Então, nestes casos, pode valer mais do que o diploma, a competência e a experiência em setores específicos. Por outro lado, a existência de cursos de jornalismo representa um avanço em termos de formação profissional".

Dennis Rosenfield, 36, ex-presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia e coordenador da Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: "Sou contra a manutenção do diploma para os jornalistas. Como dizia Camus, a profissão do jornalista é fazer uma crônica do instante cotidiano. Assim, qualquer pessoa tem capacidade para exercê-la".

Parlamentaristas querem definir tempo de transição

Os parlamentaristas do PMDB e do PFL esperam definir até terça-feira qual o tempo necessário de transição para o novo sistema, e que seria incluído nas disposições transitórias da nova Constituição. Se houver acordo, eles tentarão o apoio do presidente José Sarney para a proposta de implantação gradual do novo sistema. Hoje, um grupo do PMDB e outro do PFL se reúnem para tentar o acordo definitivo.

No PMDB, falta apenas um acerto com a ala esquerda do partido —o Movimento de Unidade Progressista (MUP), composto em sua maioria por parlamentaristas— para que se defina pela implantação gradual do parlamentarismo. Pela proposta, nas disposições transitórias será garantido o direito de o presidente Sarney indicar um primeiro-ministro e formar um gabinete. Este primeiro-ministro e seu gabinete terão um prazo para realizar a transição, durante o qual não haverá votos de desconfiança pela Câmara e o presidente da República terá poderes para modificar o gabinete, de acordo com sua vontade. Só depois desta transição passará a prevalecer o parlamentarismo com todos os seus mecanismos. Este prazo é o que será negociado com o presidente da República, com o PFL e comunistas.

Ontem, o senador Fernando Henrique Cardoso entregou ao presidente do PMDB e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, o resultado de uma pesquisa que fez na bancada

Ulysses diz que não vai ser a "ovelha negra"

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que não vai "ser a ovelha negra", admitindo a possibilidade de "caminhar um pouco" para a tendência parlamentarista, caso isto seja necessário para viabilizar o entendimento em torno do sistema de governo.

A declaração de Ulysses foi feita em seu gabinete, às 18h30, depois do encontro com o governador Orestes Quércia (SP). Ele desmentiu que tivesse declarado haver um risco de diminuição do mandato do presidente José Sarney, caso este "radicalizasse" não concordando em colaborar com as tentativas de entendimento que estão sendo feitas no Congresso. Hoje Ulysses deve se encontrar com Sarney para retomar a discussão sobre o sistema de governo.

do seu partido no Senado. Resultado: 23 parlamentaristas, dezesseis presidencialistas e dois defensores de um sistema misto.

O deputado Alcení Guerra (RJ), um dos vice-líderes do PFL, disse que o partido tem quinze votos a favor do parlamentarismo na Comissão de Sistematização. "Só recuaremos se a ideia da implantação for imediata".

Lourenço diz que a emenda presidencialista tem maioria

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), direita, afirmou ontem à tarde, eufórico, que a emenda Theodoro Mendes já é vencedora na Comissão de Sistematização por 53 votos —a Comissão tem 93 membros. Lourenço não acredita na afirmação de seu vice-líder Alcení Guerra (PR), centro, que garante que quinze dos 24 membros do seu partido na Comissão votarão pelo parlamentarismo, desde que a implantação seja gradual.

"O Alcení é meu amigo. Na hora H ele votará comigo", afirmava Lourenço em seu gabinete, diante das contas que indicavam os seguintes números presidencialistas na Comissão de Sistematização: dezesseis votos do PMDB, vinte do PFL, cinco do PDS, três do PDT, dois do PT, três do PTB, um do PDC, um do PMB e um do PL. Lourenço garantia ainda que pode contar, na ponta dos dedos, 305 presidencialistas no Congresso constituinte, o que, na opinião dele, garantiria a vitória também no período de votações no plenário.

Sant'Anna

Enquanto os parlamentaristas se preparavam para uma ofensiva até terça-feira, prazo final para o relator Bernardo Cabral concluir seu substitutivo, o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), voltava a afirmar que o presidente José Sarney não aceita participar de qualquer negociação em torno de um sistema parlamentarista de governo.

Sistema de governo tira PDT do palanque

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, afirmou que o comício realizado ontem à noite em Porto Alegre (RS) [veja reportagem à pág. A-6] seria "o último ato do qual o PDT participaria pelas diretas, nas atuais condições". Disse que "não podemos aceitar que no mesmo palanque alguns grupos se declarem favoráveis às diretas e ao parlamentarismo, o que se constitui numa fraude".

Brizola disse que "não houve acordo" entre os partidos que defendem diretas, no sentido de não se falar em parlamentarismo ou presidencialismo nos comícios, "pois estaríamos escondendo uma informação essencial para a população". Citou o PC do B, o PCB e o PSB como exemplos de partidos que estariam defendendo o parlamentarismo.

Ao sair da Câmara, por volta das 19h, José Lourenço comentava, irritado, que tinha "recebido informações" de que o deputado Ulysses Guimarães se curvara à vontade majoritária do PMDB e já aceitava o parlamentarismo. "Quanto anos tem o Ulysses? Eu, da minha parte, estou velho demais para mudar de opinião assim".



O governador Quércia durante reunião com a bancada paulista do PMDB

Quércia encontra Cabral e defende reforma tributária

Da Sucursal de Brasília

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, 49, pediu ontem ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que seja preservada a proposta de reforma tributária que constava no substitutivo constitucional apresentado em agosto. Quércia defendeu ainda que fosse acrescentado ao texto da nova Constituição, a reforma administrativa proposta na reunião dos governadores, em Florianópolis (SC), concedendo amplos poderes aos governos estaduais para efetuar transferências, aposentadorias e reformulações nos cargos do funcionalismo público. Também foi postulado um aumento da bancada paulista na Câmara, passando dos atuais sessenta deputados para "no mínimo" oitenta.

Estes foram os três principais assuntos tratados na reunião entre Cabral e Quércia na casa do relator, ontem à tarde. Até o último momento não se sabia se o encontro ocorreria porque, pela manhã, Bernardo Cabral disse aos jornalistas que faria uma viagem ao Rio, na tentativa de livrar-se do assédio da imprensa. Segundo Quércia, Cabral comprometeu-se em manter o texto da reforma tributária e estudar seu pedido de alíquota zero para impostos de ener-

gia elétrica e combustível. Disps-se também a encaminhar a proposta de reforma administrativa, mas com modificações que deverão ser acertadas nos próximos dias com o autor desta emenda, deputado Michel Temer (PMDB-SP).

Acompanhado dos secretários de Coordenação de Programas, Alberto Goldman, de Governo, Antônio Carlos Mesquita, e da Fazenda, José Machado, Quércia saiu do apartamento de Cabral direto para o Congresso. Lá, encontrou-se rapidamente com parte da bancada, antes de dirigir-se ao gabinete do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O governador paulista reafirmou sua opção presidencialista. "A maioria da bancada deve seguir a orientação do governador. Se não houver um entendimento, é possível que ela vote pelo presidencialismo", afirmou.

No encontro com Ulysses Guimarães, Quércia obteve apoio para suas reivindicações. Sobre o aumento da representatividade paulista na Câmara, Ulysses disse que "é uma questão de direito".

Antes de retornar a São Paulo, no início da noite, Quércia ainda levou pessoalmente um ofício ao presidente José Sarney esclarecendo a situação da dívida das companhias de energia elétrica e combustível de São Paulo.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
Congresso constituinte	não houve sessão
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
5 Assembleia Legislativa	79
Câmara Municipal	não há sessão às sextas-feiras

Golbery - O estado de saúde do general da reserva Golbery do Couto e Silva, 76, continua estável, segundo afirmou ontem à noite, por telefone, o médico Emilio Mattar, responsável pelo seu tratamento. O general —principal ideólogo do Movimento de 64 e articulador da abertura política nos governos Geisel e Figueiredo— está internado no Hospital Sirio-Libanês, na região central de São Paulo, desde o último dia 4 e se submete a radioterapia (indicada para o tratamento de câncer).

Irã-contras - O senador Severo Gomes (PMDB-SP) afirmou ontem que o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, lhe disse que parte do dinheiro da venda de armas pelos EUA ao Irã veio para o Brasil. Archer teria ouvido em Londres uma retransmissão do depoimento do coronel Oliver North, ex-assessor do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, ao Congresso norte-americano, em que North fez declaração nesse sentido. Severo afirmou que não sabe como o dinheiro teria sido aplicado no Brasil ou se teria sido utilizado para influir de alguma forma no Congresso constituinte.

Teologia da Libertação - O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e o teólogo franciscano Leonardo Boff participaram de 28 de setembro a 1º de outubro do seminário "Teologia da Libertação e Pensamento Alemão", que será promovido na Universidade de Munster, na Alemanha Ocidental.